

RESENHA

MATHIAS, Suzeley Kalil: *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papyrus, 1995.

A presente obra constitui o resultado de um trabalho de pesquisa sobre os fatores que determinaram o processo de *distensão* levado a cabo pelo General Ernesto Geisel entre os anos 1973 e 1979, e sobre suas principais características no que se refere aos condicionamentos surgidos no marco das relações civis-militares de então. Mais especificamente, o objetivo da autora limita-se a analisar "o porquê da distensão ter sido iniciada no governo Geisel (...), um momento de relativo 'sucesso' do regime autoritário" (p. 23), colocando ênfase especial no intento de reconstruir os objetivos e as motivações do projeto distensionista formulado e implementado pelo grupo político-militar que exercia o governo do país durante os anos citados.

Para Mathias, a *estabilidade* do regime militar, baseada sobre a combinação do "bom desempenho econômico" e de "alguma repressão" constituiu o fator condicionante para o desenvolvimento "militarmente controlado" da transição iniciada com a *distensão*. Porém, é justamente neste marco que a autora formula uma questão central para a compreensão do projeto e do processo distensionista: "por que a elite que mantém o controle [da situação política, social e econômica do país] proporia uma saída do poder?" (p. 40). Mathias adianta já na introdução uma resposta, afirmando que o principal objetivo da *distensão* estava dado pelo deslindamento das responsabilidades dos militares por sua intervenção na repressão autoritária levada a cabo nos anos precedentes e, principalmente, pelo estabelecimento de uma "*democracia tutelar* ou *dictablanda*" na qual as Forças Armadas pudessem projetar-se como instâncias tutelares do sistema político e, em particular, da institucionalidade político-estatal.

Não constitui um aspecto menor a consideração da autora de que o projeto de *distensão* já existia antes da chegada de Ernesto Geisel ao governo do regime militar, e que a formulação do mesmo estava marcadamente condicionada pela necessidade da intenção distensionista

traduzir-se na retirada paulatina e segura dos militares do exercício do governo – interesse compartilhado por parte de um importante setor da oficialidade militar –, e pelas condições favoráveis a uma transformação do regime que derivavam do fato de que os objetivos de crescimento econômico e ordenamento político da "revolução de 64" já tinham sido alcançados.

Neste sentido, ao examinar o contexto político que condicionou a manifestação do *projeto distensionista* e os fatores que possibilitaram a gênese do mesmo, Mathias aborda o *processo de distensão* empreendendo uma minuciosa análise dos discursos políticos do general Ernesto Geisel referentes ao processo em questão, às suas causas, ao significado da "revolução de 64", à democracia futura e ao papel das Forças Armadas nesta. Sem dúvida, esta constitui uma das partes melhor elaboradas e centrais do texto, cuja importância não se resume apenas à originalidade da análise senão ao desenvolvimento e conteúdo da mesma, pois, através desse caminho, a autora desvenda o conteúdo político-conceitual básico do projeto distensionista e a interpretação de seu principal protagonista acerca das condições políticas para colocá-lo em prática.

Também é interessante e apropriado o trajeto analítico desenvolvido por Mathias sobre as circunstâncias políticas que circundaram o processo distensionista aberto a partir de 1974, em particular no que se refere às relações conflitivas entre, por um lado, o governo e a oposição política e social e, por outro, o governo e os setores "duros" da estrutura militar, fatores que marcaram e condicionaram o processo de *abertura*, levado a cabo durante a gestão presidencial do general Figueiredo.

Cabem somente duas observações menores em relação ao valor acadêmico incontestável da pesquisa empreendida por Mathias.

Em primeiro lugar, se, como nos sugere a autora, o "alto grau de controle militar" sobre o processo de *distensão* significa que as *condições políticas* do mesmo – fundamentalmente, a saída dos militares do poder governamental e a consolidação do poder castrense como uma instância central de poder autônomo e como ator tutelar do sistema político –, foram *impostas e mantidas* "exitosamente" – ao menos num plano geral – pelos governantes militares, o processo político que deu lugar a esta

distensão não pode ser qualificado de "*transição negociada*", menos ainda se com esse adjetivo de *negociada* se está querendo expressar que se tratou de uma transição na qual os condicionantes militarmente impostos foram passivamente aceitos pela dirigência política não-castrense. *Negociada* foi a transição espanhola, na qual as principais forças políticas do regime autoritário *acordaram juntamente* com a oposição democrática o marco institucional e político do processo transicional. Mas esse não é o caso brasileiro, no qual o controle militar da situação política e a subordinação civil às regras impostas pelos militares marcaram suas características fundamentais.

Trata-se, certamente, de uma observação menor, pois é a mesma autora quem, no desenvolvimento da obra, vai se dando conta da – digamos – "eficácia" com que os governos militares, nucleados pela figura do general Geisel, implementaram – não sem contratempos e até com certas limitações – o *projeto distensionista* explicitado a partir de 1974. Por essa razão, trata-se de uma observação referente ao plano conceitual muito mais do que ao conteúdo mesmo da análise.

Em segundo lugar, cabe assinalar que se o "êxito" da transição é medido pela capacidade da elite militar governamental em retirar as Forças Armadas da administração do Estado e, simultaneamente, que as mesmas possam projetar-se como atores políticos tutelares, o projeto geiselista não foi integralmente "vitorioso", tal como indica Mathias na parte final de seu trabalho. Ou melhor, não o foi se se avalia tal processo desde uma perspectiva conjuntural, centrada apenas nas condições e particularidades existentes no momento posterior imediato da instauração de um governo democraticamente eleito ou, no caso brasileiro, no momento da eleição presidencial da chapa opositora Tancredo Neves-José Sarney. Ao contrário, se, tal como propõem muitos dos teóricos da transição – entre eles, Guillermo O'Donnell, que é estritamente seguido pela autora –, se considera a transição como um processo que vai além da instauração democrática, o mencionado "êxito" pode ser relativizado, a ponto de supor um marcado *fracasso militar*, não só para manterem-se como atores tutelares do sistema, senão também para preservar certas margens de autonomia institucional no